



Violeta Parra, *O homem*, 1962. Juta tingida e bordada com lâ, 127 x 85 cm.

**2** Artigo

# Tendências da economia política brasileira

**Gustavo Moura de Cavalcanti Mello<sup>1</sup> e Henrique Pereira Braga<sup>2</sup>**

**Resumo** // Neste artigo, procura-se caracterizar a economia brasileira contemporânea a partir da crítica da economia política, buscando salientar algumas das suas principais tendências evolutivas, que apontam para o acirramento do caráter bárbaro da reprodução social capitalista. Para tanto, serão analisadas, ainda que brevemente, determinações fundamentais da hodierna dinâmica global de acumulação de capital, em articulação com a forma específica de inserção brasileira no mercado mundial nas últimas décadas, salientando as transformações estruturais por ela ensejada. Ganharão destaque nessa investigação, entre outras, a trajetória das taxas de lucro, de acumulação e de exploração, com suas repercussões sobre a configuração do mercado de trabalho; o crescente peso da dimensão fictícia da acumulação; e o avanço predatório e espoliador do capital sobre a natureza.

**Palavras-chave** // *Economia Política Brasileira; Capitalismo Contemporâneo; Barbárie.*

---

1 Doutor em Sociologia pela FFLCH/USP, é professor Adjunto do Departamento de Economia da Ufes e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Ufes.

2 Doutor em Ciência Econômica pelo IE/UNICAMP, é professor adjunto do Departamento de Economia da Ufes e pesquisador do PPGE/UFF.

## Introdução

No início dos anos 2000, o filósofo Paulo Eduardo Arantes buscou lançar uma pá de cal sobre um dos “mitos fundadores de uma nacionalidade periférica como o Brasil”, a saber,

o do encontro marcado com o futuro. Tudo se passa como se desde sempre a história corresse a nosso favor [...] esse estado de espírito euforizante estaria de tal modo arraigado a ponto de sobreviver até mesmo à revelação dramática do subdesenvolvimento, tal a confiança numa explosão de progresso que adviria, por exemplo, da simples remoção do imperialismo. E mais, o futuro não só viria fatalmente a nosso encontro, mas como passos de gigante, queimando etapas, pois entre nós até o atraso seria uma vantagem. (ARANTES, 2001, p.291)

Mais ou menos na mesma época, quando do lançamento de *O ornitorrinco* e do relançamento de *Crítica à razão dualista*, ambos ensaios de Francisco de Oliveira (2003), o crítico literário Roberto Schwarz sintetizou, no prefácio ao livro, o diagnóstico do ensaísta brasileiro sobre a situação da nossa formação no começo deste século XXI:

A transformação do Brasil em ornitorrinco se completou, segundo Francisco de Oliveira, com o salto das forças produtivas a que assistimos em nossos dias. *Este foi dado pelos outros e não é fácil de repetir.* A Terceira Revolução Industrial combina a mundialização capitalista a conhecimentos científicos e técnicos, *os quais estão sequestrados em patentes*, além de submetidos a um regime de obsolescência acelerada, que torna inútil a sua aquisição ou cópia avulsa. Do ponto de vista nacional, o desejável seria incorporar o processo no seu todo, o que entretanto supõe gastos em educação e infraestrutura que aparecem fora do alcance de um país pobre e incapaz de investir. Nessas circunstâncias de neoatraso, os traços herdados do subdesenvolvimento passam por uma desqualificação suplementar, que compõe a figura o ornitorrinco. (SCHWARZ, 2003, p.12 – grifos originais)

Lidas em conjunto, nesta segunda década do século XXI, essas passagens parecem sugerir que as características brasileiras comumente qualificadas como

atrasadas – o trabalho informal, a exploração extensiva e intensiva do território, a violência dirigida aos subalternos, etc. – são, na verdade, não somente as suas virtudes, mas a única promessa realizável pelo desenvolvimento capitalista brasileiro. Diante das alterações nos próprios requisitos da acumulação de capital em escala global, que hoje assistimos com Big Data, Internet das coisas e outras tecnologias, estaria justificado nosso lugar no desenvolvimento capitalista global – a saber, espaço para a combinação, sem pudores, entre extrativismo, acumulação primitiva e rentismo, restando à “massa do povo” a luta fratricida pelas migalhas deste processo.

O objetivo deste trabalho é fundamentar esse diagnóstico a partir de um conjunto de radiografias da situação socioeconômica brasileira, de forma a apontar que a sua principal tendência é, para nosso revés, a barbárie. Tendência essa que não está deslocada, lamentavelmente, da situação global. Para isso, o texto está dividido em duas seções. Na primeira, sintetizamos indicadores econômicos fundamentais da economia brasileira e global, a fim de mostrarmos o declínio da taxa de acumulação de capital, puxada pelo esgotamento do setor industrial<sup>3</sup>, que engendrou a busca por novos espaços de acumulação. A relação deste declínio com a ampliação da acumulação de capital fictício, a elevação da exploração da força de trabalho e a aceleração da degradação da natureza será objeto da seção seguinte, na qual os principais indicadores da socioeconômicos brasileiros e globais serão analisados.

## Quadro geral da economia brasileira

Como se sabe, a partir de Marx (2013; 2011), o processo de desenvolvimento capitalista é acompanhado, desde a sua origem, pela supressão de outros modos de vida, a partir da desagregação dos laços sociais e sua recomposição por meio da forma-mercadoria. Um processo social bárbaro, que estabelece como centro das relações humanas a busca crescente pela produção de valor e mais-valor – numa palavra, capital – sendo sua consequência mais imediata a individualização das relações sociais e a subordinação das relações coletivas aos critérios da

---

3 Antes de prosseguirmos, cabe um alerta: o declínio da taxa de expansão do mais-valor no setor industrial não significa que esse setor não produzia uma infinidade de valores de uso complexos. Dito de outro modo, há uma sofisticação dos valores de uso produzidos, seja no Brasil ou no mundo, mas esse crescimento é, conforme indicado por Marx (2013; 2011), expressão do próprio declínio da produção de mais-valor.

reprodução ampliada do capital. Após a Segunda Guerra Mundial, como reconstituiu Hobsbawm (1995), as políticas de reconstrução dos territórios arrasados pelo conflito e, nas décadas seguintes, dos novos países que emergiram da luta pela libertação nacional foram centradas na promoção acelerada da acumulação de capital, na forma da industrialização destas economias, que proporcionou o ingresso de centenas de milhares de pessoas, num par de décadas, na dinâmica de socialização pelo valor. Com isso, a produção social passa a ser organizada pela busca da valorização do valor, seja ela na forma da indústria manufatureira, da agroindústria, da extração mineral ou dos serviços, de modo que, se a prioridade é a reprodução ampliada do capital, a economia deve ser arranjada em função dos seus indicadores. O propósito desta seção é, assim, analisar o comportamento destes indicadores, mostrando o deslocamento da economia brasileira para uma posição subordinada, no interior do desenvolvimento capitalista global, aos seus centros dinâmicos. Com isso, preparamos a discussão para, na seção seguinte, desdobrarmos como essa expansão da acumulação de capital reforça uma dentre as consequências do capitalismo: a barbárie.

## A mudança na dinâmica de acumulação

A partir de um estudo detalhado das contas nacionais brasileiras, Marqueti et al. (2023, p.310) mostra que a taxa geométrica de crescimento anual do PIB caiu de 7,3% a.a., entre 1950 e 1980, para 2,2% a.a., de 1980 a 2020, sendo que, entre 2011 e 2020, o crescimento foi negativo em 1,4% ao ano. Tomando-se por base a discriminação convencional – e capciosa – entre setores econômicos primário, secundário e terciário, no primeiro período, entre 1950 e 1980, esse crescimento foi puxado sobretudo pela indústria, que cresceu a uma taxa anual média de 8,88%. Já no período seguinte, entre 1980 e 2020, a indústria foi a que menos cresceu: aquela taxa foi de 0,94% ao ano; ao passo que a da agropecuária cresceu a taxa de 3,13% a.a. e os serviços em 2,27% ao ano. Considerando o interregno entre 2010 e 2020, a taxa de crescimento industrial foi negativa (-1,06% a.a.), enquanto a taxa de crescimento do setor agropecuário foi de 2,83% a.a., e do setor de serviços ficou em 0,47% ao ano. Com isso, o crescimento médio anual do PIB brasileiro foi de apenas 0,25% a.a. nesse período. Esses números expressam, por si sós, uma mudança estrutural da economia brasileira, na qual seu eixo dinâmico deixa de ser a indústria e passa a ser o setor agropecuário. O que altera sua inserção no mercado mundial.

Ainda assim, convém olhar para esse quadro com alguma parcimônia. De acordo com estimativas do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI, 2022), o “valor adicionado pela indústria de transformação” (MVA, *manufacturing value added*) *per capita* no Brasil, em 2021, foi de US\$ 875, contrastando com a média mundial, de US\$ 1.853, e com aquela dos *países industrializados de renda média*, que atingiu US\$ 2.059. Na contramão desses países e do mundo, o MVA *per capita* do Brasil tem caído desde 2013, atingindo em 2021 um patamar inferior àquele de 2000. Soma-se a esse dado, o declínio da participação da indústria de transformação no PIB. Em 2021, essa razão correspondia, nos países industrializados de renda média, a 22,9%, enquanto no Brasil era de 10,2%. Um declínio que refletiu na parcela do emprego industrial no total do emprego da economia brasileira; enquanto nos países de renda média essa parcela atingia 16,5%; no Brasil, apenas 11,8% do emprego total era industrial. Outro indicador da perda de importância do setor manufatureiro na economia brasileira é a baixa participação brasileira nas exportações mundiais de manufaturados que, em 2021, ficou em 0,47% das exportações mundiais, de forma que, entre 2010 e 2021, o Brasil passou do 28º lugar para a 34ª posição na lista dos maiores exportadores mundiais. Completa esse quadro da indústria de transformação a queda na produtividade do seu trabalho. Em 2021, ela havia recuado em 16,2% *vis-à-vis* o nível verificado em 1995, e ainda maior foi a diminuição no valor agregado por trabalhador, de 22,7% (IEDI, 2022). Uma redução dessa magnitude impactou a economia como um todo: de acordo com esse mesmo levantamento, em 1980 a produtividade média do trabalho no Brasil equivalia a 46% daquela verificada nos EUA, tendo recuado a 25% em 2021 – nível atingido em 1955 (IEDI, 2022). Outro indicador das mudanças assinaladas é a alteração na participação dos setores econômicos no PIB brasileiro. Em 2022, o setor de serviços perfazia 58,9% do PIB, enquanto a agropecuária correspondia a 6,8%, a indústria extrativa, 4,6%, e a indústria de transformação, 11,1%. À guisa de comparação, em 1997 os serviços correspondiam a 60,6% do PIB, a agropecuária, 4,7%, a indústria extrativa, apenas 0,6%, e a indústria de transformação, 13% (IBGE, 2023).

O deslocamento do eixo dinâmico da economia brasileira para o setor primário fica evidenciado também pelos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) referentes ao comportamento da balança comercial brasileira. Em 1997, seu resultado foi deficitário em cerca de R\$ 7,59 bilhões. Seguindo a classificação “ISIC Sessão”, da ONU, vê-se que,

àquela altura, a indústria de transformação era responsável por 80,9% das exportações totais, e por 85,8% das importações totais, ao passo que a indústria extrativista correspondia a 11% das exportações e a 7% das importações, e a indústria agropecuária, por 6% das exportações e 4,7% das importações. Já em 2022, a balança comercial brasileira apresentou forte superávit, de R\$ 61,52 bilhões, seguindo uma tendência verificada há anos. No entanto, salta à vista tanto a diminuição da participação da indústria da transformação nas exportações, quanto o aumento da importância das indústrias extrativista e agropecuária nesse quesito. Mais especificamente, a indústria de transformação contribuiu com 54,3% das exportações e com 89% das importações totais; a indústria extrativista participou com 22,8% das exportações e com 8,1% das importações; e a indústria agropecuária, por sua vez, com 22,4% das exportações, e com 2,1% das importações (COMEX STAT, 2023). Do ponto de vista da inserção internacional, nota-se o crescimento da importância do Brasil como fornecedor de produtos primários para o mercado internacional e um declínio da sua participação no fornecimento de produtos manufaturados, que mais se parece com um setor remanufatureiro, dada a maior participação deste setor na importação do que na exportação.

Um olhar mais detido sobre o setor agropecuário mostra a importância da grande lavoura, cuja característica é, em suma, ser extensiva no uso da terra, intensiva no uso do agrotóxico, mecanizada e subsidiada com volumosos recursos do plano safra, na produção destes resultados. Só a cadeia da soja e do biodiesel atingiu, em 2022, R\$ 673,7 bilhões. O que corresponde a 27% do PIB do agronegócio e quase 7% do PIB brasileiro total. Isso apesar de uma quebra de safra importante entre 2021 e 2022, que derrubou em mais de 18% a produção da soja. Não obstante, o valor exportado pela cadeia da soja e do biodiesel atingiu em 2022 o recorde de US\$ 61,3 bilhões, o que perfazia 38,3% das exportações totais do agronegócio (CEPEA, 2023). Ademais, na safra 2021/2022 a área total dedicada ao plantio da soja foi de quase 75 milhões de hectares, o triplo da área total do Estado de São Paulo.

A despeito destes números, não sugerimos uma leitura superficial, segundo a qual a elevação da participação tanto do setor agropecuário quanto da indústria extrativa no PIB brasileiro implicaria um menor grau de industrialização, uma composição orgânica ou um nível de produtividade mais baixo que o de outros setores produtivos. Essa leitura ignora que esses setores aplicam avançadas tecnologias e incorporaram, nas últimas décadas, certos processos de automação em vários de seus ramos produtivos. Não obstante, devemos salientar seus restritos

efeitos em cadeia e sua relativamente baixa capacidade de tracionar outros setores – como os dados acima parecem indicar –, sendo mais importantes como parte do circuito global de reprodução do capital das grandes empresas transnacionais, haja vista o seu sabido controle da tecnologia e dos insumos agrícolas, bem como das cadeias de beneficiamento e transporte dos produtos minerais.

Em todo caso, os números apresentados indicam, pelo menos, uma forte diminuição da competitividade da indústria de transformação brasileira no mercado mundial, a diminuição de sua importância para a renda nacional e o emprego doméstico, bem como um deslocamento do eixo da acumulação de capital para os setores extrativos e agropecuário que, a despeito do uso intensivo de tecnologias, exigem a concentração e expansão extensiva da terra. Esses indícios são reforçados pela análise do comportamento da taxa doméstica de lucro, indicador importante para as decisões de alocação do capital monetário pelos capitalistas particulares.

## O comportamento da taxa de lucro

No estudo já citado, Marquetti et al. (2023) dão ênfase à análise da trajetória da taxa de lucro, que possui vínculos estreitos com as taxas de acumulação e com as vicissitudes da economia como um todo. Decompondo a taxa de lucro multiplicativamente na parcela de lucro no valor adicional global, na relação entre o produto e o capital em uso, que corresponde à razão entre a “produtividade potencial do trabalho” e a composição orgânica do capital, e no grau de utilização da capacidade instalada, os autores apresentam resultados instigantes. O primeiro componente expressa a relação entre a distribuição funcional da renda entre lucros e salários e a taxa de lucro; o segundo, que expressa a “eficácia do capital”, tem a ver com o impacto das mudanças tecnológicas e organizacionais nas taxas de lucro; já o terceiro, evidentemente, é inversamente proporcional às taxas de lucro. Decerto há uma imbricação entre esses componentes, que retroagem uns nos outros.

A taxa média de lucro passa de um nível superior a 40% a.a. na primeira metade da década de 1950 para em torno de 15% a.a., entre 2000 e 2020, depois de sofrer uma expressiva queda entre meados da década de 1970 e finais da década de 1980. Os autores dividem esse período em quatro fases: entre 1950 e 1973 a queda da taxa de lucro foi de 0,04% ao ano; entre 1974 e 1989, a queda foi muito mais forte, de aproximadamente 8,67% ao ano; já entre 1990 e 2007

houve uma recuperação, com um crescimento próximo de 3% ao ano; seguido, finalmente, de uma nova queda, de aproximadamente 2,5% ao ano, entre 2008 e 2020. Acrescente-se ainda que entre 2016 e 2020 houve uma recuperação de 1,75% ao ano.

Ainda de acordo com Marquetti et al. (2023, p.320), a parcela dos lucros na renda nacional apresentou uma média de 48,7%. Há de se destacar a sua elevação após o golpe militar de 1964, ficando acima de 55% entre o final da década de 1960 e o início da década de 1980. Nesse momento, com a deflagração da crise da dívida após o choque de juros norte-americano, a parcela dos lucros caiu em aproximadamente 20%, mas já no final da década de 1980 ela retoma uma trajetória ascendente, que se prolonga até meados da década de 2000. Nos dez anos seguintes, até a crise de 2015-2016, essa taxa declina, recuperando-se desde então.

Ao longo de toda a série histórica analisada pelos autores, a eficácia do capital foi o fator que mais contribuiu para a queda tendencial da taxa de lucro, sendo particularmente abrupta entre 1973 e 1989. A partir daí essa trajetória apresenta uma reversão, de modo que em 2020 esse fator atinge o nível que possuía no início dos anos 1980. Dessa forma, concluem Marquetti et al. (2023, p.323), “o comportamento de longo prazo da taxa de lucro da economia brasileira foi determinado principalmente pela tecnologia”, com destaque para a combinação da evolução da relação capital-trabalho e para a tendência de elevação do custo relativo dos bens de capital, sobretudo a partir de meados da década de 1970 (MARQUETTI et al., 2023, p.327). Não obstante, há de se destacar a importância das flutuações da participação dos lucros na renda nacional, que é catapultada em momentos significativos: na ditadura civil-militar de 1964, no vagalhão neoliberal da década de 1990 e no período recente, que se abre após o impeachment de Dilma Rousseff. Além de repressão salarial, nesses distintos momentos, lançou-se mão de medidas visando, isolada ou conjuntamente, a intensificação do trabalho, a extensão das jornadas de trabalho, o enfraquecimento de estruturas sociais protetivas e de direitos trabalhistas, a ampliação da superpopulação relativa, entre outros.

Como resultado dessas tendências, aprofundou-se o processo de centralização de capitais e de concentração de propriedade e, por conseguinte, de renda. Para ilustrá-lo, enquanto o rendimento médio mensal do trabalho recuou 6,1% entre 2020 e 2021, atingindo o valor de R\$ 2.476, de acordo com estimativas do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o rendimento médio do 1% mais rico da população brasileira elevou-se 27,7% no mesmo período, atingindo R\$ 2,3 milhões. Considerando apenas a rubrica de lucros e dividendos, isentos de tributação no Brasil, açambarcou-se quase R\$ 556 bilhões em 2021, dos quais 74% foram apropriados pelo 1% mais rico, de acordo com dados da Receita Federal (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023a). Os números ficam ainda mais impressionantes quando se tem em conta o 0,1% mais rico, que perfaz aproximadamente 36 mil pessoas, cujos rendimentos ultrapassam os R\$ 3,42 milhões: esse segmento concentrou R\$ 251,4 bilhões dessas receitas em 2021. Por fim, o 0,01% mais rico, com cerca de 3,6 mil contribuintes, cuja renda varia entre R\$ 20 milhões e R\$ 22,5 bilhões, apropriou-se de R\$ 117,5 bilhões dos lucros e dividendos declarados.

Retomando o argumento, a despeito da redução da taxa média de lucro na economia brasileira, verificada já em 2007, e dos impactos da crise econômica de 2007-8, o seu colapso foi postergado por meio de uma forte mobilização estatal, mas também tomada de expressivas medidas anticíclicas, como o reforço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado à infraestrutura logística, energética e social-urbana, de acordo com a apresentação oficial, e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), dedicado especificamente à produção habitacional. Para se ter uma ideia, na primeira edição do PAC, entre 2007 e 2010, executou-se investimentos da ordem de R\$ 620 bilhões, os quais se elevaram a R\$ 800 bilhões na segunda edição, entre 2011 e 2014. Já o PMCMV construiu até 2014 empreendimentos no valor de aproximadamente R\$ 450 bilhões, tendo entregado, àquela altura, mais de 1,87 milhão de moradias. Ademais, ampliou-se as isenções fiscais e as desonerações, que ultrapassaram os R\$ 100 bilhões em 2014; bem como o fornecimento de crédito, em particular por meio do BNDES, além dos investimentos realizados pelas grandes empresas estatais, com destaque para a Petrobras, que chegou a contribuir com nada menos que 7,9% dos investimentos totais no país em 2013, entre outras medidas (MARQUETTI et al., 2016).

A partir de outra perspectiva metodológica, Eduardo Costa Pinto (RBA, 2022) constatou que entre 2010 e 2021 a taxa média de lucro, medida pela relação entre o lucro líquido e o patrimônio líquido das empresas, foi de 10,5% a.a. no caso das 240 maiores empresas não-financeiras, e de 15,6% a.a. no caso das 240 maiores empresas financeiras. Diga-se de passagem, chama a atenção o volume das receitas líquidas e dos lucros aferidos pelo sistema bancário, altamente

concentrado. Outro levantamento da Economatica (2023b) deu conta que no primeiro trimestre de 2023 os quatro maiores bancos comerciais brasileiros obtiveram uma receita líquida que totalizou R\$ 203 bilhões: o Itaú recebeu R\$ 65 bilhões, o Banco do Brasil, R\$ 60 bilhões, o Bradesco obteve R\$51 bilhões, e o Santander, R\$ 26 bilhões. No que tange aos lucros líquidos, que somaram mais de R\$ 22,5 bilhões, o topo da lista foi ocupado pelo Banco do Brasil, com R\$ 8,2 bilhões, seguido pelo Itaú, com R\$ 8,1 bilhões, pelo Bradesco, com R\$ 4,2 bilhões, e pelo Santander, com R\$ 2 bilhões.

Voltando às estimativas de Costa Pinto, em 2010 a taxa de lucro sobre o patrimônio líquido das empresas privadas não-financeiras de capital aberto era próxima de 17% ao ano, porcentagem que se tornou negativa em 2015. Em 2016 houve uma recuperação, e entre esse ano e 2020 essa taxa foi em média um pouco superior a 9% ao ano; porém, em 2021, ela atingiu 26% ao ano. Boa parte desse aumento concentrou-se no setor industrial, cuja taxa de lucro àquela altura atingiu 36% ao ano, sobretudo nas indústrias intensivas no uso da força de trabalho. Afinal, entre outras coisas, o rendimento médio da população trabalhadora caiu 7% em comparação com 2020. Uma análise mais pormenorizada dessa trajetória escapa aos limites desse artigo, mas parece evidente que ela teria que considerar os efeitos das ditas reformas Trabalhista de 2017 e Previdenciária de 2019, as multibilionárias políticas de desoneração fiscal, de subsídios e de perdão e refinanciamento de dívidas que abundaram nesse período, além dos programas emergenciais lançados no contexto da pandemia de Covid-19, entre outras. Costa Pinto também destaca que, ainda em 2021, os acionistas das 240 maiores empresas de capital aberto receberam R\$ 218 bilhões em dividendos, enquanto a massa salarial total da população trabalhadora – 88 milhões de pessoas – foi de R\$ 822 bilhões (RBA, 2022).

Considere-se, em acréscimo, um levantamento feito pela Economatica acerca da evolução da relação entre a CAPEX<sup>4</sup> e a Depreciação (CAPEX/Depreciação) nas grandes empresas brasileiras entre 2011 e 2021. No início dessa série histórica, a média daquela relação entre as 220 maiores empresas de capital aberto do país, com exceção da Petrobras, foi de 218,2%; ou seja, essas empresas investiram mais do que o dobro do que era necessário para cobrir a

---

4 Trata-se de uma medida de “despesas de capital” ou de investimento, no sentido de ampliação da capacidade produtiva da empresa, de forma que um valor unitário indica a reposição da depreciação, enquanto um valor superior a esse é indicativo de ampliação da capacidade instalada, enquanto um valor menor que a unidade implica redução da estrutura produtiva.

depreciação, tendendo, portanto, a expandir seu tamanho. A partir de 2011 esse indicador entra em declínio, chegando em 2020 ao nível de 89,2%, depois de ter ficado abaixo de 100% em 2017 e em 2019. Trata-se, portanto, de uma tendência de retração do capital dessas empresas. Em 2021, no entanto, houve uma expressiva recuperação, e a relação CAPEX/Depreciação atinge 136,9%.

No caso específico da Petrobras, essa relação, que em 2011 foi de aproximadamente 400%, caiu abaixo de 100% entre 2016 e 2021, chegando neste último ano a míseros 13,9%. Apesar disso, ela ocupou o 4º lugar entre as cinco empresas que mais investiram naquele ano – a primeira foi a Vale, do setor de mineração, a segunda foi a JBS, do setor alimentício, a terceira foi a CCR S.A., do setor dos transportes, e a quinta foi a Telef Brasil, do setor das telecomunicações (ECONOMATICA, 2023a).

O declínio da taxa de lucro das principais empresas brasileira indica tanto um esgotamento do seu processo de acumulação, expressão da “lei geral da acumulação” (MARX, 2013), quanto coloca a necessidade de expansão da acumulação. Embora no passado recente a liquidação das empresas estatais e a abertura dos setores educacionais e de saúde à exploração desmedida do capital foram parte importante deste processo, os indicadores analisados explicitam a sua insuficiência. Por isso, a seção seguinte aponta os (des)caminhos do desenvolvimento capitalista brasileiro.

## **A busca pela recomposição da acumulação de capital e seus efeitos**

As reflexões de Marx (2013; 2015; 2017) sobre a natureza do capitalismo apontam que a recuperação da taxa de acumulação de capital costuma ocorrer por meio da expansão do capital para outras dimensões da vida social e da sua intensificação nas dimensões que já colonizou. A começar pela natureza, o fundamento da vida social, o capital tem se expandido também para a nossa relação com o futuro – seja como indivíduo seja como entidade coletiva organizada num Estado Nação – por meio do endividamento e ampliação das formas de intensificação e exploração do trabalho. Todo esse esforço de Sísifo tem, como será demonstrado a seguir, produzido relações sociais crescentemente bárbaras.

## A hipoteca do futuro

Vejam os gastos estatais efetivamente realizados em algumas áreas significativas, de acordo com dados do Sistema Integrado do Orçamento e Planejamento (SIOP), do Ministério do Planejamento (BRASIL, 2023a). Note-se que os valores foram corrigidos pelo IGP-M tendo por base o mês de janeiro de 2023. Em 2014, os gastos com Educação atingiram o patamar equivalente a R\$ 214,81 bilhões, tendo sido reduzidos a R\$ 129,73 bilhões em 2022. Nesse mesmo período, os gastos com Saúde caíram de R\$ 210,37 bilhões para R\$ 155,50 bilhões, e os gastos com Ciência e Tecnologia passaram de R\$ 20,13 bilhões para R\$ 11,38 bilhões. Já os dispêndios com Gestão Ambiental saíram de um patamar de R\$ 18,07 bilhões em 2014 para R\$ 4,42 bilhões em 2022. Na contramão dessa tendência, os gastos com Defesa Nacional foram de R\$ 89,57 bilhões em 2014, e de R\$ 90,12 bilhões em 2022.

Mais impressionante é a trajetória dos encargos com o Refinanciamento e os Serviços da dívida estatal, que devem ser olhados com um pouco mais de detalhe: em 2014, dispendeu-se com o refinanciamento da dívida interna um montante equivalente a R\$ 1.540,86 bilhões, e com o refinanciamento da dívida externa o gasto foi equivalente a R\$ 18,60 bilhões. Já com os serviços da dívida interna, gastou-se R\$ 722,15 bilhões, e com os serviços da dívida externa, R\$ 29,08 bilhões. No total, os encargos chegaram a R\$ 2.452,32 bilhões, mais de dez vezes superior ao gasto com educação no mesmo período. Em 2022, os dispêndios com o refinanciamento da dívida interna saltaram para R\$ 1.768,23 bilhões, e com o da dívida externa, para R\$ 27,52 bilhões. Os serviços da dívida interna, por sua vez, comprometeram R\$ 603,65 bilhões, e os da dívida externa, R\$ 40,91 bilhões, totalizando, assim, mais de R\$ 2.471,64 bilhões, aproximadamente 19 vezes os gastos com educação naquele ano. A despeito dessa sangria suicida, a dívida líquida do setor público, que correspondia a 32,59% do PIB em dezembro de 2014, saltou para 57,06% do PIB em dezembro de 2022, ao passo que a dívida bruta passou de 56,28% para 72,87% do PIB, no mesmo período.

Recorde-se, ainda, que em janeiro de 2021 a taxa Selic era de 2%, saltando para 13,75% em junho de 2022, o que encarece fortemente os custos da dívida estatal brasileira, em favor dos detentores dos títulos públicos. Em dezembro de 2022, o estoque da dívida pública federal atingiu aproximadamente R\$ 6,0 trilhões, do qual cerca de R\$ 5,7 trilhões correspondem à dívida interna, e cerca de

R\$ 250 bilhões correspondem à externa. Aproximadamente 29,12% desse total está em mãos de instituições financeiras; os fundos de investimento ocupam o segundo lugar entre os maiores detentores da dívida, com 23,98% dela, seguidos pelos fundos de previdência, com 22,83%, pelos investidores estrangeiros, com 9,36%, pelo governo, com 4,33%, pelas seguradoras, com 3,98% (BRASIL, 2023b). Esses dados referendam o diagnóstico de Leda Paulani (2012), segundo o qual o Brasil ter-se-ia tornado, a partir da crise da dívida da década de 1980, uma “plataforma internacional de valorização financeira”.

Entretanto, não apenas a dívida pública brasileira cresceu, mas o endividamento, seja público ou privado, tem crescido no período recente em todo o mundo. De acordo com estimativas do *Institute of International Finance* (IFF), a relação entre o endividamento e o PIB globais em 2021 foi de 351%, e o endividamento global atingiu um recorde de US\$ 303 trilhões (IFF, 2022), sendo que mais de 80% do novo endividamento deu-se em países periféricos e na China, com destaque para o endividamento estatal. De acordo com os dados do *Bank of International Settlements* (BIS), em âmbito mundial, os títulos da dívida pública em moeda doméstica somavam, em meados de 2021, mais de US\$ 57,3 trilhões, e, em moeda estrangeira, US\$ 1,2 trilhão (BIS, 2022a). Além disso, os ativos bancários totais somavam mais de US\$ 100,8 trilhões (BIS, 2022b). Já os derivativos nos mercados de balcão, na primeira metade de 2021, eram estimados em US\$ 610 trilhões em valores nominais (ou o valor de face dos títulos), e US\$ 12,6 trilhões em valores brutos de mercado (o valor que seria efetivamente transferido no presente, feitas as devidas compensações entre os proprietários dos títulos). Destes, os contratos baseados em taxas de juros somavam àquela altura US\$ 488,1 trilhões em valores nominais e US\$ 8,9 trilhões em valores brutos de mercado; os contratos cambiais atingiam US\$ 102,5 trilhões e US\$ 2,4 trilhões, respectivamente; os contratos sobre commodities totalizavam US\$ 2,4 trilhões, e US\$ 300 bilhões; os derivativos de crédito, chegavam a US\$ 9,1 trilhões e US\$ 220 bilhões, e já os contratos vinculados a ações chegavam a US\$ 7,5 trilhões e a US\$ 730 bilhões, respectivamente (BIS, 2022c). Fechando a ilustração das modalidades de capital fictício, o Banco Mundial estimava em US\$ 93,7 trilhões a capitalização de mercado das empresas cotadas em bolsa (WORLD BANK, 2022a), em contraste com os US\$ 84,7 trilhões correspondentes ao PIB global (WORLD BANK, 2022b).

Voltando ao caso brasileiro, de acordo com a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em dezembro de 2022, 78% das famílias estavam endividadadas, das quais 29,9% possuíam contas atrasadas, e 11,6% não tinham condições de pagá-las. Note-se que no final de 2019 o total de famílias endividadadas girava em torno de 63%. Dentre as famílias de renda inferior a três salários mínimos, essa porcentagem era de 79,2%, das quais 38,7% estavam com contas atrasadas, e 17,4% não poderiam pagá-las. Já entre as famílias com renda superior a dez salários mínimos essas porcentagens caíam, respectivamente, para 74,4%, 13,5% e 2,9%. Indica-se assim que o fardo do endividamento afeta de modo mais abrangente e mais agudo as famílias mais pobres, que nesse momento comprometiam 32% de sua parca renda familiar com o pagamento de dívidas. Convém lembrar que Marx (2017) identificou nesse tipo de endividamento uma “exploração secundária”, que se somava à exploração sofrida pela população trabalhadora durante o processo produtivo, obrigada a entregar aos proprietários dos meios de produção uma parcela do valor produzido sem qualquer troca de equivalente.

Além disso, no caso das famílias com renda inferior a dez salários mínimos, 84,7% possuíam dívida com cartão de crédito, seguida por 16,4% que possuíam dívidas com carnês, 11% com crédito consignado, e 10,9% com financiamento de carros. No caso das famílias com renda superior àquele montante, 84,1% possuíam dívidas com cartão de crédito, 15% tinham contraído dívidas para o financiamento de carro, 13,3% possuíam dívidas decorrentes do financiamento imobiliário, e 11,3% com carnês (CNC, 2023).

À luz desses números, podemos destacar as tendências à estagnação, ao endividamento e à produção de uma pletora de capital fictício. O que exige, como se sabe, o pagamento do fluxo de rendimentos prometidos aos detentores de cada um destes títulos privados ou públicos. Ainda que uma parte significativa possa ser paga com refinanciamento das dívidas privadas e públicas, hipotecando a produção futura, há de se assegurar que uma parte seja paga com uma parcela do mais-valor produzido.

## O empenho do trabalho

A Organização Internacional do Trabalho (ILO, na sigla em inglês) estimou cerca de 207 milhões de desempregados em escala global ao final de 2022, mais de 20 milhões a mais do que havia em 2019 (ILO, 2022, p. 11). Além disso, os empregos temporários são mais de um terço dos empregos totais nos países periféricos, e cerca de 15% nos países centrais (ILO, 2022, p. 12), o que, de acordo com a análise marxiana, deveriam ser incluídos na estimativa da superpopulação relativa. Isso pode ser referendado por outro dado, de que cerca de 700 milhões de trabalhadores encontram-se em condição de pobreza, dos quais 250 milhões estavam em condição de extrema pobreza (ou seja, ganhando abaixo da mísera quantia de US\$ 1,90 por dia) (ILO, 2021, p. 128). O fato de centenas de milhões de pessoas que não estão desempregadas se encontrarem em condição de pobreza é forte indício da repressão salarial e da precarização das condições de trabalho e de existência de modo geral, em escala global. Há de se insistir mais um pouco nesse tema. Entre 2019 e 2020, mais de oito milhões de trabalhadores empregados afundaram à condição de pobreza extrema, ao que se deve somar outras 30 milhões de pessoas adultas que recaíram nessa condição, mas que estão fora do mercado de trabalho (ILO, 2022, p. 19). Ademais, 327 milhões de assalariados, 19% do total, receberiam rendimentos iguais ou inferiores ao salário-mínimo vigente em seus respectivos países, e destes 152 milhões seriam mulheres (ILO, 2021, p. 18).

A despeito da precariedade dos órgãos de fiscalização, que se agravou na última década, e das disputas legislativas em torno da questão, entre 1995 e os primeiros meses de 2023 mais de 60 mil pessoas submetidas a condições análogas à escravidão foram resgatadas no Brasil (BRASIL, 2023). Esse fenômeno também se verifica em diversos outros países. De acordo com um relatório da ILO e da *International Organization for Migration* (IOM), lançado em meados de 2022, cerca de 50 milhões de pessoas foram submetidas a condições de escravidão em 2021, sendo que, deste total, mais de 22 milhões foram submetidas a casamentos forçados, e mais de 27 milhões – das quais 3,3 milhões de crianças – estiveram sob regimes de trabalho compulsório. Além disso, contabilizou-se mais de 6,3 milhões de escravas sexuais. Por fim, o relatório destacou ainda uma forte tendência ao aumento dessas formas de escravidão modernas nos últimos anos (ILO, IOM, 2022).

Igualmente revelador dessa barbarização do trabalho, um recente estudo feito em conjunto pela Organização Mundial de Saúde (WHO, na sigla em inglês) e pelo ILO, com base em 41 países, abrangendo o período entre 2000 e 2016, estimou que neste último ano aproximadamente 1,9 milhão de pessoas morreram e quase 90 milhões foram duramente afetadas por doenças e acidentes relacionados ao trabalho (para essa estimativa, o estudo lança mão da categoria “anos de vida ajustados por incapacidade” *disability-adjusted life years*, no original). Mais especificamente, as doenças foram responsáveis por cerca de 80% das mortes e 70% dos danos não letais (WHO e ILO, 2021, p. 10), e no que tange às suas causas, em primeiro lugar esteve a exposição a longas jornadas de trabalho, que teria ocasionado cerca de 750 mil mortes, seguida da exposição a partículas, gases e fumaça tóxicos, responsável por vitimar aproximadamente 450 mil pessoas. Além disso, as mortes e danos decorrentes do trabalho se concentrariam sobretudo em regiões da África, do Sudeste Asiático e do Pacífico Ocidental (WHO e ILO, 2021, p. 10)<sup>5</sup>.

Um significativo componente desse sinistro quadro diz respeito ao trabalho infantil. Um recente estudo da ILO e da UNICEF contabilizou, no início de 2020, 160 milhões de crianças trabalhadoras, dentre as quais 97 milhões do sexo masculino e 63 milhões do sexo feminino. Elas perfazem quase 10% da população infantil mundial, e, destas, 79 milhões estariam submetidas a condições de trabalho que impõem “riscos diretos à sua saúde, segurança e desenvolvimento moral” (ILO e UNICEF, 2021, p. 8). E esse mesmo relatório indicava que esse número se elevaria em quase nove milhões até o fim de 2022 (ILO e UNICEF, 2021, p. 8).

Outro relatório do ILO aponta que 53% da população mundial, mais de 4,1 bilhões de pessoas, não teria acesso a qualquer tipo de benefício de proteção social (ILO, 2021, p. 19), relacionados à saúde, seguro-desemprego, previdência, e assim por diante. E as pessoas que acessam tais benefícios estão fortemente concentradas nos países capitalistas centrais. No caso das crianças, a situação é ainda mais gritante: apenas 26,4% teriam acesso a algum tipo de proteção (ILO, 2021, p. 21).

---

5 Todas essas tendências em parte explicam fenômenos como o da “grande resignação” nos Estados Unidos, que foi catapultado no bojo da pandemia de Covid-19, quando milhões de pessoas se recusaram a voltar ao mercado de trabalho depois de passada a etapa mais crítica de *lockdowns* e de paralisação das atividades econômicas naquele país (FULLER e KERR, 2022).

A pletera de capital fictício acumulada nos mercados financeiros globais não encontra limites, como mostram os dados acima, para elevar a taxa de exploração da força de trabalho. Entretanto, somente isso não parece ser suficiente para dar conta da sua reprodução. Deve-se avançar sobre a natureza e, neste particular, o Brasil ainda tem uma considerável área a ser explorada – principalmente por meio da mineração.

## A penhora da natureza

Os efeitos da expansão mineradora e agropecuária são avassaladores no território brasileiro. Eles vêm se somar, não custa lembrar, à expansão secular do desmatamento e da exaustão da terra provocada pelo latifúndio, pela extração ilegal de madeiras, pela pesca predatória e pelos garimpos ilegais, aos quais estão associados toda a sorte de banditismo (desde o tráfico de drogas, armas, pessoas e animais silvestres, até a grilagem de terras, sendo que todas essas atividades costumam estar relacionadas). Uma das expressões nefastas deste avanço está na escalada dos conflitos rurais nos últimos anos.

Nesse sentido, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) documentou 1.576 ocorrências em 2020, um número recorde que supera em 25% o verificado em 2019, e em 57,6% em comparação com 2018 (CPT, 2021, p. 7). Em meio ao avanço predatório da mineração, da agropecuária, da extração ilegal de madeira, e da grilagem de terras, dentre outros, 81.225 famílias autóctones tiveram suas terras invadidas, das quais 72% são indígenas; 19.489 tiveram suas terras griladas, das quais 37% indígenas; e 25.559 tiveram suas terras desmatadas, das quais 60% indígenas (CPT, 2021, p. 8-9). As grandes mineradoras estiveram envolvidas sobretudo nos conflitos pela água, sendo “responsáveis por 39% das 350 ocorrências, que envolveram 56.292 famílias, cujas categorias mais afetadas foram ribeirinhos (23% dos eventos), pescadores (21%) e indígenas (16%)” (CPT, 2021, p. 9). Ao todo, em 2020 foram registrados 18 assassinatos, 159 ameaças de morte e 35 tentativas de assassinato (CPT, 2021, p. 9). E esse mesmo relatório registra ainda a devastação causada pela pandemia nos povos indígenas e quilombolas (CPT, 2021, p. 8). Convém acrescentar que, ainda de acordo com os levantamentos da CPT, entre 2011 e 2021 a região amazônica concentrou 77% das mortes por conflitos no campo, e contém um terço das cidades brasileiras com taxas de homicídio superiores a 100 por 100 mil habitantes, todas elas próximas a fronteiras ou a terras indígenas (FBSP, 2022, p.48). Em 2022, a violência letal na área foi 50,8% superior às demais regiões brasileiras, e a taxa de mortes por 100 mil

habitantes nos estados da Amazônia Legal foi de 26,7, ao passo que nos demais estados brasileiros o índice foi de 17,7 (FBSP, 2023).

Ao mesmo tempo em que o governo prometia zerar o desmatamento ilegal até 2028, durante a COP-26, em 2021, o desmatamento na Amazônia legal brasileira superou os 13 mil quilômetros quadrados, entre agosto de 2020 e julho de 2021, o nível mais elevado nos últimos 15 anos (MATAVELI e OLIVEIRA, 2022, p. 275), e com tendência à aceleração. De acordo com dados do Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES), do Inpe, nesse período o desmatamento foi 69% maior do que a média anual registrada desde 2012. Especificamente nas Terras Indígenas (TIs) a taxa média anual de desmatamento nos últimos três anos ficou 80,9% acima da média anual verificada desde 2012, atingindo 419 quilômetros quadrados (MATAVELI e OLIVEIRA, 2022, p. 276). Registrou-se ainda nesse período uma forte elevação na emissão de poluentes, decorrentes das queimadas, que em 2020 ultrapassaram as 40 mil ocorrências, atingindo uma área de 30 mil quilômetros quadrados ou 4,2 milhões de campos de futebol. Tais áreas desmatadas estão sendo usadas sobretudo para pastagens e agricultura, mas a mineração e o garimpo – que demanda fartos investimentos e nada tem a ver com atividades meramente artesanais – também são importantes, além da especulação imobiliária que atravessa todos esses empreendimentos econômicos (MATAVELI e OLIVEIRA, 2022, p. 276).

Outro estudo recente trata especificamente do garimpo, cuja devastação promovida na Terra Indígena Yanomami teria crescido 3.350% entre 2016 e 2020, chegando a mais de 3.270 hectares em 2021. Esse mesmo relatório apresenta indícios de que, nessas áreas, o garimpo está associado a expressiva elevação de casos de estupros e exploração sexual de mulheres e crianças, bem como à desnutrição infantil e a expansão de doenças como a malária, sem falar dos homicídios (HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI et al., 2022). Como essas e outras denúncias foram sistematicamente ignoradas, em janeiro de 2023, circularam amplamente imagens de indígenas yanomamis famélicos e doentes, em Roraima, sobretudo crianças. São milhares e milhares delas sem tratamento médico, morrendo de malária e de verminoses, além de um quadro generalizado de extrema desnutrição, que produziu centenas de vítimas fatais. Uma situação produzida pelo sucateamento das estruturas de saúde pública, pelo desvio de recursos que deveriam ser destinados à compra de medicamentos, pela falta de

profissionais de saúde e pela ofensiva do garimpo sobre as terras indígenas (DW, 2023).

Além da contaminação dos rios e do solo por mercúrio, do desvio do leito dos rios, da invasão das áreas cultivadas pelos indígenas, da introdução de álcool e drogas nas comunidades yanomamis, as escavações produzidas pelo garimpo levam à proliferação de insetos transmissores de doença – como a referida malária, que a essa altura atingia um terço da população yanomami, e que, ao debilitar os doentes, compromete ainda mais a produção de alimentos. As consequências são tão drásticas que representam uma verdadeira catástrofe demográfica, com o estreitamento da base da pirâmide em decorrência do morticínio de crianças (FOLHA, 2023b).

De acordo com um recente levantamento (INSTITUTO ESCOLHAS, 2022), estima-se que 30% do total do ouro extraído no Brasil entre 2021 e 2022 tenha origem potencialmente ilegal. Cinco Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM), instituições financeiras especializadas, e um laboratório teriam sido responsáveis por escamotear essa origem ilegal de boa parte desse montante. Outro levantamento estima em quase 230 toneladas de ouro ilegal entre 2015 e 2020, e descreve minuciosamente a atuação de quatro DTVMs apontadas como as grandes receptoras: FD'Gold, a OM (Ourominas), a Parmetal e a Carol (MANZOLLI e RAJÃO, 2022).

A compreensão dessa terrível realidade teria ainda que relacionar a atuação governamental, em seus diversos níveis, a de organizações criminosas e de grandes corporações empresariais. De acordo com um relatório do Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena (CNVMI), as corporações BlackRock, Citigroup, J.P. Morgan Chase, Vanguard, Bank of America e Dimensional Fund Advisors investiram mais de US\$ 18 bilhões, somente entre 2017 e 2020, em empresas cujas atividades têm envolvimento com invasões, desmatamento e violações de direitos indígenas na Amazônia (CNVMI, 2020, p. 30). Esse mesmo relatório mapeia conflitos indígenas que envolveram as mineradoras Vale, Anglo American e Belo Sun – braço do banco comercial Forbes & Manhattan, sediado no Canadá –; as empresas do agronegócio Cargill, JBS e Cosan/Raízen; e as companhias de energia Energisa Mato Grosso, Equatorial Energia Maranhão e Eletronorte. Ou seja, corporações que atuam em áreas-chave da economia brasileira (CNVMI, 2020, p. 30-1).

No caso específico do garimpo, há de se acrescentar, uma reportagem do Repórter Brasil de meados de 2022 concluiu que Apple, Google, Microsoft e Amazon são as principais compradoras do ouro extraído de terras indígenas brasileiras, por meio das refinadoras Marsan, brasileira, e da Chimet, italiana, que por sua vez têm como fornecedores, respectivamente, a FD'Gold e a CHM do Brasil, alvos de um inquérito da polícia federal (REPÓRTER BRASIL, 2022a)<sup>6</sup>.

Convém insistir, ainda que de passagem, que essas distintas e predatórias atividades estão imbricadas, e dentre elas se destaca o tráfico de drogas. A região amazônica concentra algumas das mais importantes rotas internacionais de entorpecentes; segundo outro estudo produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, estima-se que só o tráfico de cocaína faria circular anualmente o equivalente a 4% do PIB brasileiro, e que 40% desse montante circularia por rotas localizadas em estados da Amazônia Legal. Esse tráfico é operado por facções regionais, como a Família do Norte e o Comando Classe A, entre muitas outras, e nacionais, como o Comando Vermelho e o PCC (que talvez seja melhor caracterizado como uma organização internacional). Conforme exposto no relatório *Cartografias das violências na Região Amazônica* (FBSP, 2022b), há de se ter em vista que seja na forma de atividades subsidiárias, seja na de expansão de negócios ou de lavagem de dinheiro, o tráfico de drogas se vincula intimamente ao tráfico de armas, de pessoas, de madeira, à pesca e ao garimpo ilegais, à grilagem de terras, à expulsão de populações autóctones, e assim por diante. Nesse sentido, para dizê-lo numa palavra, grupos como o PCC e o Comando Vermelho, cada vez mais entranhados nas estruturas estatais, de um lado, e as “*big techs*”, de outro, revelam-se irmanados nesse imenso empreendimento espoliador.

Cumprido destacar também que um bioma particularmente afetado por essa ofensiva destrutiva é o Cerrado, em particular a região do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), que possui 46 unidades de conservação ambiental, 36 terras indígenas e mais de 780 assentamentos de reforma agrária e áreas quilombolas. De 1985 a 2020 o Cerrado perdeu quase 20% de sua vegetação nativa, uma área de 265 mil quilômetros quadrados, maior que a extensão total do Piauí. Ao mesmo tempo, nesse mesmo período cerca de 262 mil quilômetros quadrados foram destinados à agropecuária, que ocupa aproximadamente 44,2% desse

---

6 A Marsan é ligada a Dirceu Sobrinho, conhecido como “o rei do ouro”, que é presidente da Associação Nacional do Ouro (Anoro), e proprietário de garimpos, mineradoras e empresas que negociam minérios. Ele chegou a ser preso em 2022, e acumula uma série de acusações, inclusive de movimentar ilegalmente bilhões de reais (REPÓRTER BRASIL, 2022b).

bioma (IPAM, 2022). E nos últimos anos mais de 60% desse total concentrou-se na região do Matopiba; segundo dados oficiais, em relação a 2021, o desmatamento do cerrado aumentou 25% em 2022, chegando a mais de 10,6 mil quilômetros quadrados, e 71% desse total ocorreu no Matopiba (PRODES, 2022). Outro bioma particularmente afetado foi o do Pantanal, que entre 2019 e 2020 teve mais de 4 milhões de hectares destruídos pelo fogo, uma área maior do que a da Bélgica, destruição que foi acompanhada por um forte aumento das exportações de carne e de outras commodities agrícolas oriundas do Mato Grosso. Entre 1985 e 2020, 57% desse bioma foi incendiado ao menos uma vez (G1, 2021b).

De modo a concluir essa breve e francamente incompleta descrição da atual ofensiva do capital, há de se mencionar a legalização jurídica da grilagem, que entre 2009 e 2020 teria totalizado cerca de 190 milhões de hectares, sendo 67 milhões frutos do Programa Terra Legal, criado no segundo mandato de Lula, em 2009, 60 milhões legalizados na curta gestão Temer, e outros 65 milhões de hectares legalizados na primeira metade da gestão Bolsonaro (OLIVEIRA, 2020, p. 165). Junto com a maciça expulsão de indígenas, quilombolas, ribeirinhos e pequenos agricultores, esses números indicam um importante aumento na concentração fundiária, que mesmo antes dessa onda mais recente já era uma das maiores do mundo (OLIVEIRA, 2020, p. 11)<sup>7</sup>.

Dentre vários outros, é ilustrativo o caso da Terra Indígena (TI) Ituna-Itatá, no Pará, onde existem registros da existência de povos indígenas isolados. Tendo-se mantida preservada até 2016, desde então mais de 22 mil hectares foram desmatados, e aproximadamente 85% desse total durante a gestão Bolsonaro, que tomou uma série de medidas para bloquear mecanismos de restrição de uso. Uma investigação sigilosa do Ministério Público Federal constatou a atuação de uma “organização complexa”, que inclui membros do alto escalão do governo federal, para invadir e grilar a área. De acordo com reportagem da Folha de S. Paulo, grandes extensões de terra têm sido convertidas em fazendas com milhares de cabeças de gado, com a rápida abertura de estradas e criação de vilas, que revelam uma considerável capacidade de investimentos (FOLHA, 2022).

---

7 Decerto esse fenômeno tende a se agravar fortemente na esteira da lei que institui o chamado Marco Temporal, recentemente aprovado pela Câmara dos Deputados, que condiciona a demarcação de terras para os povos originários à comprovação da ocupação das áreas reivindicadas antes da data de promulgação da Constituição de 1988. Outros agravantes são a aprovação da Lei 14.590/23, que amplia fortemente a possibilidade de exploração econômica das florestas, e o desmanche sofrido pelo Ministério do Meio Ambiente, também no primeiro semestre de 2023.

## Considerações finais

Como se vê, os dados apresentados corroboram análises marxianas fundamentais, como a do aumento da composição orgânica, entrelaçado com a dinâmica de extração de mais-valia relativa; a da crescente concentração e centralização do capital, que tendem a reverberar no incremento da concentração de renda; a da tendência secular à queda da taxa de lucro, que tende a provocar a redução do investimento produtivo; bem como a do rebaixamento salarial e a da ampliação da superpopulação relativa e das taxas de exploração, sobretudo diante da constrição das massas de lucro. Outra dessas tendências é a da autonomização das formas funcionais do capital e a crescente voracidade do capital em se apropriar da riqueza social por meio de juros, dividendos e os chamados ganhos de capital, a partir das formas capital portador de juros e capital fictício, bem como das distintas modalidades de renda, tendência essa que é comumente designada “financeirização” da economia.

Diante dos evidentes limites dessas dinâmicas, que referendam a descrição do capital como a “contradição em processo” e como limite de si mesmo (MARX, 2011), e que se revelam francamente suicidas, os gestores empresariais e estatais – as “personificações do capital” – parecem dobrar suas apostas. As consequências, como se viu, não poderiam ser mais drásticas, e se afirmam de modo particularmente agudos na periferia do sistema capitalista. Conforme a velha insígnia da classe trabalhadora, resta evidente que o capital, em sua sanha acumuladora, cega e automática, nada tem a oferecer senão a produção de barbárie, colocando em crescente risco a própria existência da humanidade. Como corolário, o enfrentamento a esse destino confunde-se com o enfrentamento ao capital, e o tempo urge...

## Referências bibliográficas

- ARANTES, Paulo Eduardo. A fratura brasileira do mundo. In: *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 291-343
- BIS STATISTICS. Central and general government debt securities markets. *Bank of International Settlements*, 2022a. Disponível em: <https://www.bis.org/statistics/c4.pdf>. Acesso em: 30/03/2022.
- \_\_\_\_\_. Summary of consolidated statistics. *Bank of International Settlements*, 2022b. Disponível em: <https://stats.bis.org/statx/srs/table/b1?m=S&f=pdf>. Acesso em 30/03/2022.
- \_\_\_\_\_. Global OTC derivatives market. *Bank of International Settlements*, 2022c. Disponível em: <https://stats.bis.org/statx/srs/table/d5.1?f=pdf>. Acesso em 30/30/2022.
- BRASIL. Painel do Orçamento Federal. *Sistema Integrado do Orçamento e Planejamento* (SIOP), 2023a. Disponível em: <https://www1.siop.planejamento.gov.br>.
- \_\_\_\_\_. *Dívida Pública Federal: Relatório Anual 2022*. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, n. 20, 2023b.
- CEPEA. *Cadeia da soja e do biodiesel: PIB, emprego e comércio exterior, 2023*. Disponível em: [https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea\\_Abiov\\_e\\_VersaoResumida\\_Maio23.pdf](https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_Abiov_e_VersaoResumida_Maio23.pdf). Acesso em: 20/06/2023.
- CNC. *Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor* (PEIC), 2023. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/pesquisas/indice/peic>.
- CNVM. Covid-19 e povos indígenas. Relatório do Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena, 2020. Disponível em: [https://emergenciaindigena.apiboficial.org/files/2020/12/APIB\\_nossalutaepela vida\\_v7PT.pdf](https://emergenciaindigena.apiboficial.org/files/2020/12/APIB_nossalutaepela vida_v7PT.pdf). Acesso em 20/02/2020.
- CPT. *Conflitos no campo no Brasil 2020*. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino; Goiânia; CPT Nacional, 2021.
- COMEX STAT. *Exportação e Importação Geral, 2023*. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>.
- DW. Ministério da Saúde declara emergência na terra Yanomami. *DEUTSCHE WELLE*, 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/minist%C3%A9rio-da-sa%C3%BAde-declara-emerg%C3%Aancia-no-territ%C3%B3rio-yanomami/a-64476917>. Acesso em: 30/01/2023.
- ECONOMATICA. Evolução da capacidade de investimentos das empresas de capital aberto brasileiras em 2021. *Insight Economática*, 2023a. Disponível em: <https://insight.economatica.com/evolucao-da-capacidade-de-investimentos-das-empresas-de-capital-aberto-brasileiras-em-2021/>.

\_\_\_\_\_. Lucros bilionários: Os grandes números dos principais bancos listados na B3. *Insight Economatica*, 2023b. Disponível em: <https://insight.economatica.com/desempenho-historico-dos-principais-bancos-listados-na-b3/>.

FBSP. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2022*. São Paulo: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022a.

\_\_\_\_\_. *Cartografias das Violências na Região Amazônica*. São Paulo: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022b.

FOLHA DE S. PAULO. Renda com lucros e dividendos tem recorde de R\$ 556 bi e eleva concentração nos mais ricos. *Folha de S. Paulo*, 2023a. Disponível em: <https://shorturl.at/cyPT2>.

\_\_\_\_\_. A crise humanitária dos Yanomamis. **Folha de S. Paulo**, 24/01/2023b. Disponível em: <https://shorturl.at/aimpy>. Acesso em: 28/01/2023.

\_\_\_\_\_. Número de bilionários bateu recorde sob Bolsonaro. *Folha de S. Paulo*, 12/2022. Disponível em: <https://shorturl.at/gNOY7>.

G1. “Brasil em chamas”: 57% do Pantanal foi queimado ao menos uma vez entre 1985 e 2020, aponta pesquisa. *G1 MS*, 2022. Disponível em: <https://shorturl.at/iqUQ4>. Acesso em: 18/12/2022.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI; ASSOCIAÇÃO WANASSEDUUME YE'KWANA. *Yanomami sob Ataque. Garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo*, 2022. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/prov0491.pdf>. Acesso em: 02/03/3032.

IBGE. *Contas Nacionais Trimestrais*. SIDRA, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/cnt/tabelas>.

IEDI. Novo retrocesso do Brasil na Indústria Mundial. *Carta IEDI*, n. 180, 2022.

IFF Global Debt Monitor. *EM Debt: the good, the green, the ugly*, 2022. Disponível em: <https://www.iif.com/Research/Capital-Flows-and-Debt/Global-Debt-Monitor>. Acesso em: 02/11/2022.

ILO. *World Employment and Social Outlook. Trends 2022*. Genebra: ILO, 2022.

\_\_\_\_\_. *World Social Protection Report 2020–22: Social protection at the crossroads – in pursuit of a better future*. Genebra: ILO, 2021.

ILO; UNICEF. *Child Labour: Global estimates 2020, trends and the road forward*. New York, ILO and UNICEF, 2021.

ILO; IOM. *Global Estimates of Modern Slavery: Forced Labour and Forced Marriage*. International Labour Organization (ILO), Walk Free, and International Organization for Migration (IOM), Geneva, 2022.

IPAM. Matopiba bate recorde histórico de desmatamento no Cerrado. *IPAM Amazônia*, 2022. <https://ipam.org.br/matopiba-bate-recorde-historico-de-desmatamento-no-cerrado/>. Acesso em: 28/01/2023.

INSTITUTO ESCOLHAS. *Raio X do Ouro: mais de 200 toneladas podem ser ilegais*. São Paulo, 2022.

MARQUETTI, A. et al. Uma interpretação da economia brasileira a partir da taxa de lucro: 1950-2020. *Revista de Economia Política*, v. 43, nº 2, p. 309-334, abr.-jun./2023.

\_\_\_\_\_. Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise política brasileira, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/312191358>. Acesso em: 07/11/2018.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Livro II. São Paulo: Boitempo, 2015.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse: esboço para uma crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MANZOLLI, B. A; RAJÃO, R. *Boletim do Ouro 2021-2022*. CSR/UFMG, 2022.

MATAVELI, G.; OLIVEIRA, G. Protect the Amazon's Indigenous lands. *Science*, v. 375, n. 6578, 2022. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.abn4936>. Acesso em: 05/01/2022.

OLIVEIRA, A.U. (org.). *A grilagem de terras na formação territorial brasileira*. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

PAULANI, L. M. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. *Boletim de Economia e Política Internacional*, v. 10, p. 89-102, 2012.

PRODES. Nota Técnica – Cerrado, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/a-area-de-vegetacao-nativa-suprimida-no-bioma-cerrado-no-ano-de-2022-foi-de-10-688-73-km2>. Acesso em: 28/01/2023.

RBA. “Megaburguesia está engolindo quase o bolo inteiro”, alerta economista. *Rede Brasil Atual*, 2022. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/megaburguesia-engolindo-quase-o-bolo-inteiro/>. Acesso em: 15/06/2023.

REPÓRTER BRASIL. Exclusivo: Apple, Google, Microsoft e Amazon usaram ouro ilegal de terras indígenas brasileiras, 2023a. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/07/exclusivo-apple-google-microsoft-e-amazon-usaram-ouro-ilegal-de-terras-indigenas-brasileiras/>. Acesso em: 30/01/2023.

SCHWARZ, Roberto. Prefácio com perguntas. In: *Crítica à razão dualista; O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003. p.11-23

WHO; ILO. *Work-related burden of disease and injury, 2000–2016: global monitoring report*. Genebra: World Health Organization and the International Labour Organization, 2021.

WORLD BANK. Market capitalization of listed domestic companies. *The World Bank Data*, 2022a. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/CM.MKT.LCAP.CD>. Acesso em: 10/12/2022.

\_\_\_\_\_. GPD (current US\$). *The World Bank Data*, 2022b. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>. Acesso em: 10/12/2022.

